

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.463 - SP (2019/0270533-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : BANCO GMAC S.A
ADVOGADO : ADRIANA SERRANO CAVASSANI E OUTRO(S) - SP196162
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : RAQUEL DÉBORA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP118946

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPVA. RESPONSABILIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA PELA CORTE ESTADUAL COM BASE NA INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL (LEI 13.296/2008 DO ESTADO DE SÃO PAULO). SÚMULA 280/STF. AGRAVO DO CONTRIBUINTE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, no qual BANCO GMAC S.A S.A. se insurge contra acórdão do TJ/SP, assim ementado:

TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - IPVA - ARRENDAMENTO MERCANTIL. PRELIMINAR - Pretensão de sobrestamento do feito até o julgamento do RE nº 640.452, no qual reconhecida repercussão geral - Não cabimento - A matéria discutida naquele Recurso Extraordinário é diversa da matéria aqui tratada - Rejeição. MÉRITO - Desnecessidade de lei complementar federal específica - Suficiência do Código Tributário Nacional como lei complementar federal para regras gerais, inclusive no tocante à eleição de responsável e devedor solidário - Artigos 121 e 124 do CTN e 6º, IX, da Lei Estadual nº 13.296/2008 - Legitimidade da arrendante para figurar na relação obrigacional tributária - Dispensa do pagamento do IPVA nas hipóteses de furto ou roubo veículo (artigo 14 da Lei nº 13.296/08) - Certidão de oficial de justiça informando a não localização do bem não é suficiente para descaracterização da propriedade - CDAs que preenchem os requisitos legais - Multa que atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, porquanto observado o limite de 100% do valor do tributo (art. 27, parágrafo único, da Lei Estadual nº 13.296/2008) - Juros de mora incidentes, acertadamente, sobre o principal e a multa, a contar da mora e não da citação (arts. 28, §§ 1º ao 5º, e 29, da Lei Estadual nº 13.296/2008) - Sentença de improcedência mantida - Apelo não provido.

Superior Tribunal de Justiça

2. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 202/206).

3. Em seu Apelo Especial inadmitido, a parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência do art. 121 do CTN e art. 1.275 do CC. Defende, em suma, sua ilegitimidade passiva para a cobrança de IPVA, porquanto descaracterizada a propriedade.

4. Sem contrarrazões (fls. 186), o recurso foi inadmitido na origem (187/188).

5. É o relatório.

6. A irresignação não merece acolhimento.

7. Inicialmente, não se vislumbra a alegada ofensa do art. 1.022 do Código Fux, tendo em vista que o acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia posta a debate.

8. No mais, verifica-se que o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia relativa à responsabilidade pelo IPVA com base na interpretação de legislação local (Lei 13.296/2008 do Estado de São Paulo), sendo inviável a modificação do acórdão, em razão do óbice da Súmula 280/STF. Confirmam-se os seguintes precedentes neste mesmo sentido:

TRIBUTÁRIO. IPVA. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO CREDOR FIDUCIÁRIO. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA COM ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STF.

1. *O exame de normas de caráter local é inviável na via do recurso especial, em virtude da vedação prevista na Súmula 280 do STF, segundo a qual, "por ofensa a direito local, não cabe recurso extraordinário".*

2. *A irresignação recursal apresenta*

Superior Tribunal de Justiça

inconformismo quanto à aplicação da Lei Complementar Estadual 14.937/03 em detrimento dos arts. arts. 130 e 131, I, ambos do CTN, 1.267 do CPC e 1.368-B do CC.

3. *Conflito entre a lei local e a federal só pode ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, pois trata, em última análise, de matéria constitucional relacionada ao pacto federativo. Emenda Constitucional 45/2004 (art. 102, III, "d", da CF).*

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp. 781.690/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 13.11.2015).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIO. CREDOR FIDUCIÁRIO. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL (LEI ESTADUAL 14.937/2003). IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 280 DO STF.

1. *Constatado que a Corte de origem empregou fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, é de se afastar a alegada violação do art. 535 do CPC.*

2. *O recurso especial não pode ser conhecido quanto à alegada violação do art. 110 do CTN, porquanto a sujeição passiva do credor fiduciário foi dirimida à luz da interpretação de lei local (Lei Estadual 14.937/2003), o que atrai a aplicação do entendimento contido Súmula n. 280 do STF.*

3. *Agravo regimental não provido (AgRg nos EDcl no AREsp. 398.037/MG, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 4.3.2015).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. INEXISTÊNCIA DE ATO DE GOVERNO LOCAL. MATÉRIA DE ÍNDOLE ESTRITAMENTE CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE DIREITO LOCAL PELO STJ. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535, II,

Superior Tribunal de Justiça

DO CPC.

1. O Tribunal local não julgou válido nenhum ato de governo local contestado contra lei federal, sendo infundada, portanto, a interposição do recurso com base na alínea "b" do inciso III do art. 105 da CF.

2. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

3. Ainda que superados estes óbices, verifica-se que a demanda foi dirimida no acórdão recorrido com base em Direito local (art. 4º da Lei estadual 14.937/2003). Logo, é inviável sua apreciação em Recurso Especial, em face da incidência, por analogia, da Súmula 280/STF: "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.".

4. Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp. 428.654/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27.3.2014).

222

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

1. Muito embora a alegação do recurso especial seja dirigida aos arts. 1.361 e 1.367 do CC e 109, 110 e 121, I, todos do CTN, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivo de legislação local, qual seja, Lei Estadual 14.937/03 do Estado de Minas Gerais. Assim, incide a Súmula 280/STF.

2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp. 438.910/MG, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 18.2.2014).

9. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial do Contribuinte.

Superior Tribunal de Justiça

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

